

IX ENCONTRO DA ABCP

Eleições e Representação Política

**AS ELEIÇÕES DE 2010 NO BRASIL NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE REDES
SOCIAIS**

Rodrigo Rossi Horochovski – Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Ivan Jairo Junckes – Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Brasília, DF
04 a 07 de agosto de 2014

AS ELEIÇÕES DE 2010 NO BRASIL NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE REDES SOCIAIS

Rodrigo Rossi Horochovski – Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Ivan Jairo Junckes – Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Resumo do trabalho: Este estudo apresenta a análise dos 288.231 relacionamentos/transações financeiras estabelecidos entre 256.759 doadores e receptores de recursos financeiros nas eleições de 2010, contemplando os cargos de Presidente, Senador, Governador, Deputado Federal e Deputado Estadual, em todas as unidades da federação. Demonstra-se a conectividade entre 92,5% dos componentes da rede, com destaque para a identificação unívoca das transações entre as pessoas jurídicas e os comitês e direções partidárias. As clivagens regionais permitiram identificar os agentes que estendem seus interesses para além da dimensão estadual e a clivagem partidária possibilitou visualizar os atores cujos interesses transcendem os da agremiação partidária. Assim organizada, a análise de redes sociais permitiu uma descrição topológica e da modularidade (comunidades) das relações de poder que se revelam através dos financiamentos eleitorais. Por fim, o artigo traz o posicionamento das candidatas (clivagem de gênero) e as medidas de associação e correlação entre as variáveis que caracterizam as redes de financiamento e os resultados eleitorais do pleito pesquisado.

Palavras-chave: análise de redes sociais, eleições 2010, financiamento eleitoral

1. Introdução

O objetivo deste artigo é analisar a relação entre o sucesso eleitoral e a posicionalidade dos candidatos, financiadores e agentes partidários na rede de financiamento eleitoral de 2010 no Brasil, incluídos todos os cargos em todas as unidades da federação¹.

A literatura sobre o financiamento eleitoral demonstra que o acesso a recursos financeiros é um dos fatores determinantes para se viabilizar uma candidatura vitoriosa no Brasil. Do mesmo modo, financiadores tendem a “investir” recursos em candidatos com maior chance eleitoral para aumentar sua influência nas decisões de seu interesse. É elementar que os relacionamentos estabelecidos pelos agentes financiadores e recebedores de recursos nos certames eleitorais indiquem muito mais que a simples viabilidade inicial de uma candidatura. A questão que se coloca, portanto, é investigar o posicionamento dos “jogadores” no campo do financiamento eleitoral e dimensionar as suas chances de sucesso.

A utilização do referencial metodológico da análise de redes sociais (ARS) permitiu a observação dos fluxos de relações entre os diversos agentes que participam do processo em um enfoque complementar às perspectivas alicerçadas em atributos individuais de candidatos ou grupos, presentes na maioria dos estudos desse campo de pesquisa.

Destaque-se a identificação unívoca da triangulação doador / agente partidário / candidatos, superando parcialmente o limite da “doação oculta” ou “ocultada” pela atuação dos comitês financeiros ou diretórios partidários na dinâmica de prestação de contas das campanhas. O mapeamento da atuação dos comitês financeiros e direções partidárias, captando recursos entre pessoas jurídicas e distribuindo estes recursos entre as candidaturas que melhor respondem às estratégias dos grupos partidários, demonstra uma estratégia bastante conhecida, mas pouco demonstrada nos estudos relatados na bibliografia.

Exploramos para esse trabalho a rede de financiamento eleitoral de 2010, constituída por 288.231 transações financeiras estabelecidas entre 21.312 candidaturas e comitês de candidaturas, 212.556 financiadores pessoas físicas, 22.495 financiadores pessoas jurídicas, além de 396 Comitês Financeiros Únicos e Direções Partidárias, inclusos os cargos de Presidente, Senador, Deputado Federal, Governador e Deputado Estadual nas unidades da federação². Na rede composta, os agentes (candidatos, doadores e agentes partidários) assumiram a condição de “nós” da rede os relacionamentos de fluxo financeiro (doações) realizadas entre os agentes assumiram a condição de “arestas”. Tratando-se uma

1 O presente estudo compõe projeto mais amplo sobre Financiamento Político e Análise de Redes Sociais, financiado pelo CNPq e a Fundação Araucária e desenvolvido pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE) UEPG/UFPR.

2 Exceto Distrito Federal (DF) em função de problemas na importação dos dados do TSE. A ausência desta unidade da Federação não gera, no entanto, comprometimento expressivo nas análises.

rede complexa, foi necessário um amplo tratamento dos diversos registros disponibilizados pelo TSE para a montagem de um banco de dados normalizado e a identificação unívoca dos atores/nós. Os dados foram submetidos a técnicas de mineração, tratamento e análise dos componentes da rede, cálculos das principais medidas de centralidade e agregações específicas por atributos dos nós e das arestas³.

O artigo está dividido em duas partes principais. Em um primeiro momento discutimos alguns dos principais desafios e contribuições da ARS para a investigação do financiamento político, especialmente para uma topologia dos atores participantes das redes formadas por doadores e receptores de recursos financeiros. Na segunda parte, os dados de financiamento e votação das eleições gerais de 2010 são analisados à luz da metodologia proposta.

2. Financiamento político e a análise de redes sociais: alguns desafios e contribuições

Embora “o financiamento político [seja] pelo menos tão antigo quanto a democracia” (BOURDOUKAN, 2009, p. 08), a temática ganha expressão conforme os pesquisadores que tratam do tema observam que ao longo das últimas décadas as práticas de sustentação militante têm sido residuais quando comparadas com os recursos oriundos de grupos de interesses, especialmente grandes grupos empresariais e financistas. Tal qual aponta Cervi (2009, p. 3), ganha relevância o debate sobre fontes de recursos, vantagens e desvantagens do uso de financiamento privado ou estatal de campanhas eleitorais. Esse debate tem girado em torno do fato de os eleitos terem de “retribuir” doações feitas por apoiadores de suas campanhas, através de concessões a interesses específicos de empresas ou segmentos privados. Como aponta Daniel Zovatto, “o tema do financiamento político se converteu em uma questão estratégica de toda democracia, e ao mesmo tempo, dada sua complexidade e os desafios que apresenta, também tornou-se um problema, uma verdadeira dor de cabeça” (ZOVATTO, 2005, p. 289).

Wagner Mancuso (2012), em balanço abrangente da produção sobre o tema, aponta que para uma parte da bibliografia brasileira que estuda o investimento eleitoral, “há associação positiva e significativa entre arrecadação e gasto eleitoral, de um lado, e desempenho eleitoral”. O autor alerta, no entanto, que “nem todos os trabalhos distinguem o peso específico das empresas dentro do financiamento eleitoral geral.” (Mancuso, 2012). Além disso, Mancuso não arrola trabalhos que integrem os comitês e diretórios à análise – os poucos trabalhos que os consideram o fazem de forma segmentada.

3 Utilizamos para esses trabalhos programas livres e abertos, como o gerenciador de banco de dados PostgreSQL, o editor de planilhas OpenOffice, o programa para análise de redes Gephi 0.8.2 e o software para tratamento estatístico Past.

Ao assumir papel de intermediação entre as pessoas jurídicas e grupos de interesse e os candidatos, as instâncias partidárias eclipsam as relações entre candidaturas e seus financiadores, sem que se possa estabelecer vínculos imediatos entre as posições assumidas pelos candidatos nos processos decisórios e os interesses dos grupos financiadores que viabilizaram suas campanhas. Outro efeito direto da centralidade das instâncias partidárias na intermediação do financiamento é a capacidade de aplicação desses recursos para viabilizar interesses das cúpulas partidárias, concentrando mais recursos em territórios de maior interesse ou em candidaturas com maior viabilidade eleitoral.

A análise de redes permitiu descrever esses fluxos através do exame da topologia da rede e dos fluxos preferenciais, evidenciando a capacidade de influência de cada grupo de agentes na rede. Ao observar a rede na sua totalidade e analisar sua topologia, podemos perceber as estratégias dos financiadores na alocação de recursos aos partidos. Outro aspecto que se revela à luz das técnicas de ARS é a articulação entre partidos. A topologia da distribuição de recursos indica as articulações concretas para além das coligações formais. Mais do que isso estabelece uma medida que permite identificar o grau de conexão entre partidos na medida que partilham recursos e financiadores.

O grafo abaixo – resultante da agregação por tipo dos atores que formam a rede de 2010 – expressa o resultado geral da pesquisa, permitindo a visualização da dinâmica descrita anteriormente. A espessura das arestas é proporcional ao montante de recursos no fluxo. Note-se que o peso das arestas que ligam agentes partidários a candidatos é semelhante ao das doações de pessoas jurídicas para aqueles partidários. Os nós, por sua vez, estão dimensionados de acordo com os recursos - de saída, no caso dos doadores, e de entrada, no caso dos candidatos.

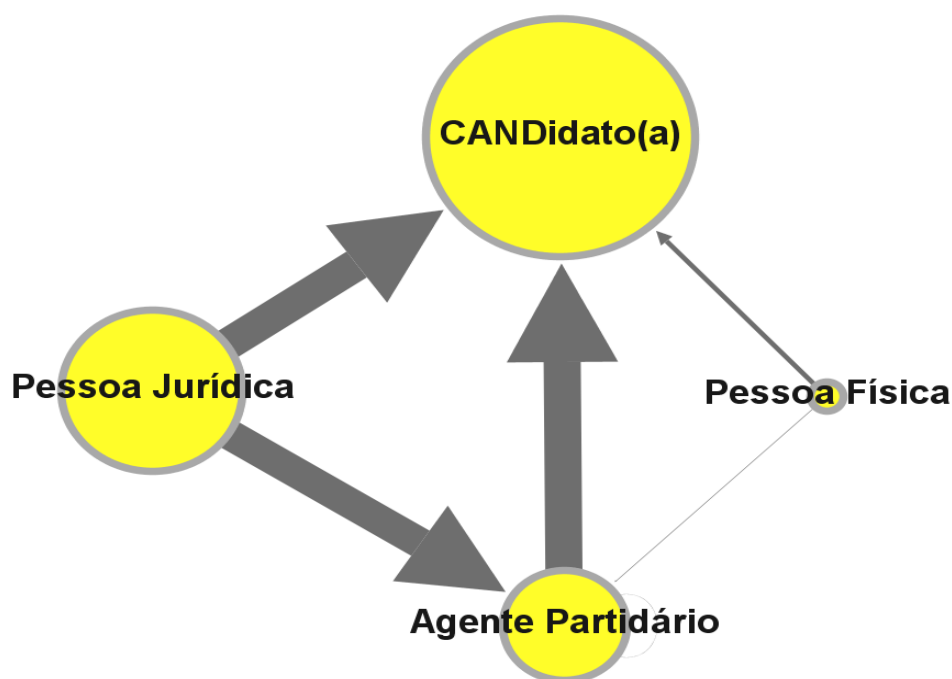


Figura 1 – Grafo da rede de financiamento das eleições de 2010 no Brasil, agregado por tipo de agente. Fonte: Dados do TSE. Elaboração dos autores.

Redes complexas, como a rede de financiamento eleitoral, apresentam tendência de grande variação na quantidade e na intensidade de relações entre os nós, de modo que é possível diferenciar os papéis exercidos pelos atores, sejam eles individuais ou coletivos. Descrever relações em ARS implica, portanto, estabelecer para cada ator a sua localização primária e as medidas de seu posicionamento na rede. Empregamos neste estudo um recorte entre componentes gigante e isolados e três medidas de centralidade: grau, proximidade e intermediação.

Componente é um conjunto de nós conectados, i.e., no qual há caminhos pelos quais é possível chegar a qualquer nó partindo-se de qualquer outro nó. O estudo dos componentes possibilita estabelecer a conectividade no interior de uma rede. Em redes com elevado número de nós, é comum um dos componentes ser formado pela maioria ou mesmo a quase totalidade dos nós, muitos componentes serem constituídos por apenas um nó, por díades ou tríades e eventualmente por quatro ou mais nós (NEWMAN, 2010; BATAGELJ, 2011). Aquele é o componente gigante, os demais, denominamos componentes isolados. Com as medidas de centralidade, identificamos o número de vínculos (grau), os atores mais próximos ou mais distantes entre si (proximidade) e aqueles que se colocam nos caminhos mais curtos entre todos os demais atores da rede (intermediação) (FREEMAN, 1979; DEGENNE & FORSE, 2007). Uma ideia da distribuição dos componentes e das centralidades pode ser alcançada no grafo a seguir:

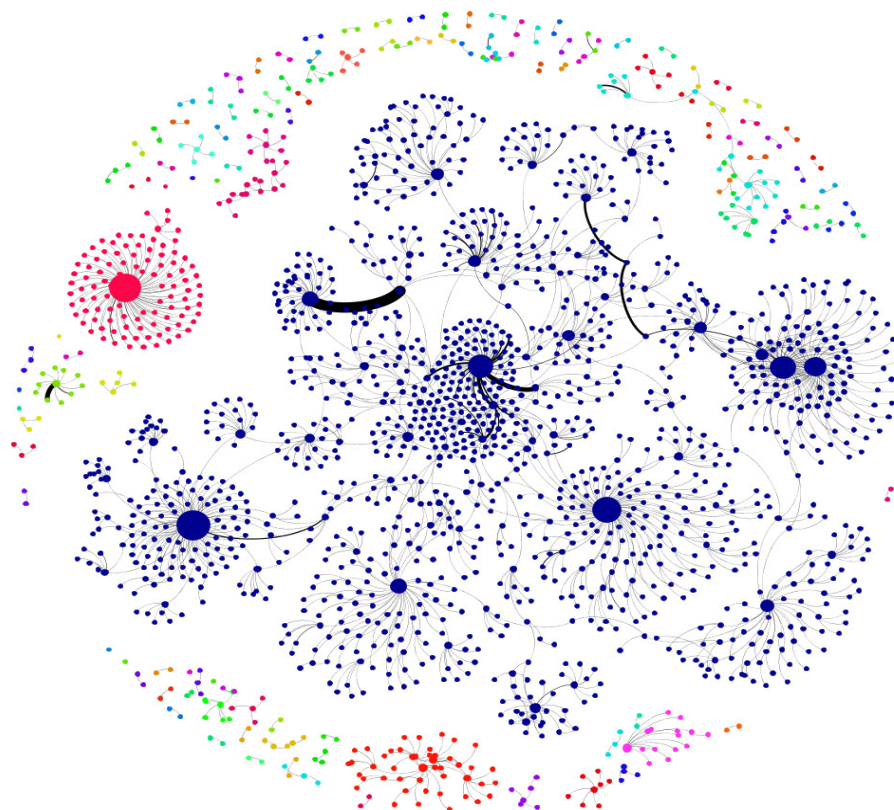


Figura 2: Grafo demonstrativo de componentes e centralidades. Em azul o componente gigante, conectado entre si, e em colorido centenas de componentes “isolados”. A graduação dos círculos expressa distintas centralidades exercidas pelos atores.

A construção das redes, grafos e cálculos de medidas apresentados a seguir esbarrou em um desafio inicial: a falta de normalização na forma como os dados foram disponibilizados pelo TSE – Tribunal Superior Eleitoral. A prestação de contas assume a forma de uma contabilidade de partida dobrada, de modo a zerar a relação entre receitas e despesas, por um lado, e facilitar a fiscalização do ponto de vista contábil, por outro. Por óbvio, é com este objetivo que TSE organiza os dados e não em função de análises da dinâmica do financiamento político-eleitoral. Uma consequência desta organização dos dados é a inexistência de um identificador singular que permita capturar univocamente um ator em diferentes planilhas de prestação de contas. Um exemplo comum desse desafio é quando consta nos registros um comitê financeiro que declara despesa referente a doação para um candidato e o faz apenas nominalmente, sem menção do CPF. Na declaração de receita do candidato, tal doação consta também de forma nominal, sem registro do CNPJ do referido comitê. Nosso trabalho foi, então, identificar situações como essas para conectar corretamente, sem duplicidades ou omissões, doações, candidaturas e financiadores.

3. A centralidade/conectividade estrutural dos agentes na rede de financiamento e as chances eleitorais

A rede de financiamento das eleições de 2010 ora analisada é composta por 256.759 nós/atores que estabelecem entre si 288.231 relacionamentos/arestas. Esses nós e arestas distribuem-se em 13.059 componentes, dos quais 11.487 (4,5% da rede geral) são nós solitários, sem vínculos com quaisquer outros. Os componentes isolados com alguma conexão somam 1.571, os quais contêm 7.675 nós (2,9% da rede geral) – média inferior a cinco nós por componente - sendo 4.457 candidaturas, ou 26,4% da rede.

Parcela ínfima desses 4.457 candidatos “isolados” logrou êxito: apenas 30 homens e três mulheres se elegeram para algum cargo, o que representa apenas 2% do total de eleitos, sendo apenas seis deputados federais e 27 deputados estaduais concentrados em poucos estados, especialmente no Amapá, no Maranhão e em Pernambuco (19 dos candidatos em questão se elegeram para as assembleias legislativas desses três estados). Aqui há um dado estrutural relevante: estar em um componente isolado, ou seja, estar fora do componente gigante da rede de financiamento eleitoral, implica drástica redução das possibilidades de êxito eleitoral – por exemplo, um candidato inserido no componente gigante tem quase 20 vezes mais chances de estar entre os eleitos do que um candidato presente em um dos componentes isolados (cf. teste *Risk Odds* abaixo, comparando os grupos de eleitos e não eleitos nos componentes):

Odds ratio: 19,521
95% confidence: [13,8..27,6]
z: 16,809
p(ratio=1): 2,1023E-63]

Fonte: Dados do TSE. Elaboração dos autores.

Alto número de candidaturas nos componentes isolados – 2.936, ou 17,3% – apresenta centralidade de grau zero, estando portanto desconectadas de todos os demais atores. Tal situação ocorre porque essas candidaturas prestaram contas sem registros de receitas e, portanto, não registraram despesas de campanha. Ou sequer prestaram contas. As candidaturas que apresentam centralidade de grau maior que zero nos componentes isolados, ou seja, que estão conectadas a um ou mais financiadores, somam 1.521. Ou seja, candidaturas totalmente isoladas representam praticamente o dobro das que possuem alguma conectividade, ainda que mínima, dentro dos componentes isolados. Esta topologia evidencia milhares de atores ainda mais periféricos entre os já periféricos.

A condição de agente periférico não caracteriza somente os candidatos em componente isolados, mas também os financiadores, que somam 5.104. Em contraste com o perfil dos doadores mais centrais e influentes que abordaremos adiante, constatamos a prevalência

absoluta de pessoas físicas – elas são 4.493 (88,0%), enquanto as pessoas jurídicas são 611 (12,0%) nos componentes em exame.

Focamos agora o componente gigante formado por 236.703 nós conectados entre si por um conjunto de 282.019 arestas, respectivamente 92,1% e 97,8% da rede em exame. Em termos descritivos, este componente reúne 73,6% das 16.935 candidaturas, somando 12.478 candidaturas - sendo 10.240 homens e 2.238 mulheres. Registram-se 193.408 financiadores pessoas físicas, incluindo 7.929 candidatos que doam para si e para outros. Os financiadores pessoas jurídicas somam 21.771. Há também 247 Comitês Financeiros e 148 Direções Partidárias, totalizando 395 atores que denominamos de agentes partidários. Encontram-se neste componente 1.586 candidatos eleitos, ou seja 98% dos cargos em disputa na rede analisada.

O componente gigante exprime uma característica estrutural da rede: o financiamento político no Brasil é consideravelmente integrado, conectando os mais diversos atores e em estados muito distantes entre si. O tamanho e a complexidade do Brasil não são óbices à integração entre financiadores, partidos e candidatos. Além disso, estar no componente gigante é praticamente condição *sine qua non* para o sucesso eleitoral.

A ARS permite estabelecer a posicionalidade e, ato contínuo, os papéis dos atores de uma rede a partir de três medidas de centralidade: grau, proximidade e intermediação. Testes Risk/Odds, cotejando os primeiros e últimos quartis de candidatos no componente gigante ranqueados por estas medidas indicam que a ocupação de posições centrais em grau e intermediação está significativamente relacionada às chances de uma candidatura lograr êxito.

Risk/Odds - centralidade de Grau vs EleitoxN_Eleito	Risk/Odds - centralidade de proximidade vs EleitoxN_Eleito	Risk/Odds - centralidade de intermediação vs EleitoxN_Eleito
Risk difference: 0,39359 95% confidence: [0,3763..0,4109] z: 38,887 p(diff=0):0	Risk difference: -0,25 95% confidence: [-0,2675..-0,2325] z: -26,334 p(diff=0):7,7577E-153	Risk difference: 0,37853 95% confidence: [0,3613..0,3957] z: 37,851 p(diff=0):1,6609E-313
Risk ratio: 137,44 95% confidence: [71,48..264,3] z: 14,759 p(ratio=1): 2,7106E-49	Risk ratio: 0,15033 95% confidence: [0,1266..0,1785] z: -21,602 p(ratio=1): 1,7068E-103	Risk ratio: 91,846 95% confidence: [53,29..158,3] z: 16,277 p(ratio=1): 1,4438E-59
Odds ratio: 227,08 95% confidence: [117,6..438,6] z: 16,156 p(ratio=1): 1,0372E-58	Odds ratio: 0,11101 95% confidence: [0,09205..0,1339] z: -23,011 p(ratio=1): 3,5934E-117	Odds ratio: 148,17 95% confidence: [85,53..256,7] z: 17,828 p(ratio=1): 4,2653E-71

Fonte: Dados do TSE. Elaboração dos autores.

Em face do grande número de agentes, selecionamos os 100 atores mais centrais em cada uma dessas medidas⁴ dentro do componente gigante para uma exploração mais detida das candidaturas, agentes partidários e financiadores e seus respectivos relacionamentos.

A *centralidade de grau* é, entre as variáveis em questão, a mais simples, definindo-se como a quantidade de vínculos/arestas ligadas a cada ator da rede, sendo mais central o ator que possuir mais vínculos e mais periférico o que registrar menos vínculos. Entre os eleitos, o grau médio é 77,02, enquanto entre os não eleitos este número se reduz a 12,53. Ou seja, entre os eleitos ocorre uma frequência de 77 relacionamentos, enquanto que entre os não eleitos essa medida é de pouco mais que 12. Ao focarmos a análise nos 100 atores com maior centralidade de grau, constatamos que, neste subconjunto, há 69 candidatos eleitos, uma proporção expressivamente maior que dos candidatos em geral.

Embora não seja objetivo do trabalho medir o impacto do dinheiro nas chances eleitorais, vale a pena explorar as vinculações entre a frequência das doações (ou seja, a centralidade de grau) e o volume dos valores doados e as possibilidades eleitorais. Os candidatos no componente gigante receberam em média R\$ 217.884,75, todavia, a média para os candidatos eleitos foi de R\$ 1.000.383,71, valor 4,6 vezes maior. Da simples comparação entre os valores se confirma que o volume dos recursos recebidos é determinante para a eleição, tal qual demonstraram diversas pesquisas, como, por exemplo Lemos, Marcelino e Pederiva (2010), Cervi (2010), entre outros. Essa comparação fica ainda mais interessante quando observamos que a média de arrecadação entre os 100 candidatos com maior centralidade de grau é de R\$ 2.047.531,35.

Antes de expor os resultados para *centralidade de proximidade*, cumpre esclarecer que, nas análises de grandes redes, esta medida só é expressiva na exploração do componente gigante que, ademais, reúne 73% das candidaturas e 98% dos candidatos eleitos. Entre as candidaturas, a centralidade de proximidade varia entre 3,93 até 14,1. Os primeiros, com menor índice, são aqueles que apresentam maior facilidade de chegar ao maior número possível de nós com menor esforço, sendo, para a medida em questão, os atores mais centrais – os mais periféricos são aqueles com maior afastamento dos demais atores.

Comparamos o desempenho eleitoral dos 100 candidatos mais bem posicionados no ranking de centralidade de proximidade com o conjunto das candidaturas do componente gigante. Considerando que entre os 12.471 candidatos deste último, elegeram-se 1.585, portanto 12,7% ou quase uma chance em oito de sucesso, perguntamos: até que ponto apresentar expressiva centralidade de proximidade, ou seja, maior facilidade de chegar ao maior número possível de nós com menor esforço, tem implicações para as chances eleitorais?

4 Excluímos neste caso as candidaturas a Presidente da República em função das distorções que elas introduzem nos cálculos em questão.

A resposta é bastante conclusiva: entre os 100 candidatos mais bem posicionados no ranking de centralidade de proximidade, 78 deles foram eleitos para diferentes cargos. Em suma, estar entre os candidatos mais centrais em termos de proximidade aumenta expressivamente as chances eleitorais e, adicionalmente, a assimetria de gênero é uma de seus traços distintivos, pois entre os eleitos em questão 73 são homens e 5, mulheres, 93,5% e 6,5% respectivamente.

Constatamos ainda a relação afirmada pela literatura de redes (DEGENNE & FORSÉ, 2007) entre proximidade e poder econômico: cada um dos 78 eleitos dentre os 100 com maior centralidade de proximidade recebeu em média a elevada quantia de R\$ 5.479.430,00.

Além da medida de centralidade de grau e de proximidade, exploramos a centralidade de intermediação, ou seja, a capacidade de um ator colocar-se nos menores caminhos entre todos os atores que compõem uma rede. Os resultados de tais medidas são bastante semelhantes, confirmando que estão associadas em geral. Na lista dos 100 candidatos com maior centralidade de intermediação, encontramos 70 eleitos, dos quais 66 são homens e quatro, mulheres. Nesse caso, são quase 17 homens para cada mulher. Esse dado é importante especialmente se tomarmos intermediação como um *proxy* da influência de um ator. Vale lembrar que exercer intermediação numa rede implica capacidade de permitir, facilitar, dificultar ou bloquear o fluxo de recursos nos caminhos de uma rede.

Cabe agora analisar os efeitos eleitorais da centralidade detida pelos financiadores. Os financiadores centrais “investem” com mais assertividade? Para responder a questão, dividimos os financiadores em dois tipos: doadores privados, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas; e, agentes institucionais/partidários, incluindo diretórios e comitês financeiros.

Para identificar os **financiadores privados centrais**, montamos listas com os 100 atores mais bem posicionados nos rankings das centralidade de proximidade e intermediação, bem como a dos 100 maiores em valores doados. Mesclamos as listas, obtendo uma relação com 139 financiadores que se repetem nas três listas originais - sendo 136 pessoas jurídicas e apenas três pessoas físicas. Esses atores financiaram diretamente 1.685 candidatos, ou 13,5% das 12.478 candidaturas do componente gigante.

Dos 1.586 eleitos no referido componente, 698 candidaturas ou 44% das financiadas pelos doadores em exame, dentre elas a Presidenta, 42 senadores, 309 deputados federais, 22 governadores, 323 deputados estaduais. Afora o óbvio direcionamento para a disputa presidencial, os financiadores centrais concentram seus recursos em candidaturas a cargos com mais impacto sobre os processos decisórios relacionados a políticas públicas, vale dizer senadores, governadores e deputado federal. Respectivamente 86%, 81% e 60% dos eleitos para esses cargos receberam recursos desses 139 financiadores centrais, que, por sua vez, representavam apenas 0,06% dos doadores de campanha em 2010.

Realizamos os mesmos procedimentos de cálculo e análise para os **financiadores institucionais/partidários**, ou seja, mesclamos as listas dos 100 atores mais posicionados em centralidade de proximidade e de intermediação, além dos 100 maiores em valores doados. Como resultado, 169 atores deste tipo se repetem nas três listas. Salientando que os recursos recebidos por estes financiadores são provenientes de doadores privados, constatamos que esses 169 agentes partidários com alta centralidade financiaram diretamente 7.846 candidatos, o que equivale a 62,8% das 12.478 candidaturas do componente gigante. Os eleitos somaram 1.259, sendo 1.120 homens e 138 mulheres, de modo que as candidaturas bem-sucedidas que receberam doações diretas dos agentes partidários que ocupam as posições mais centrais são 77,8% dos 1.619 eleitos na rede analisada. A seguir, um grafo dos doadores centrais, tanto privados quanto partidários, nos seus relacionamentos com os candidatos agregados⁵:

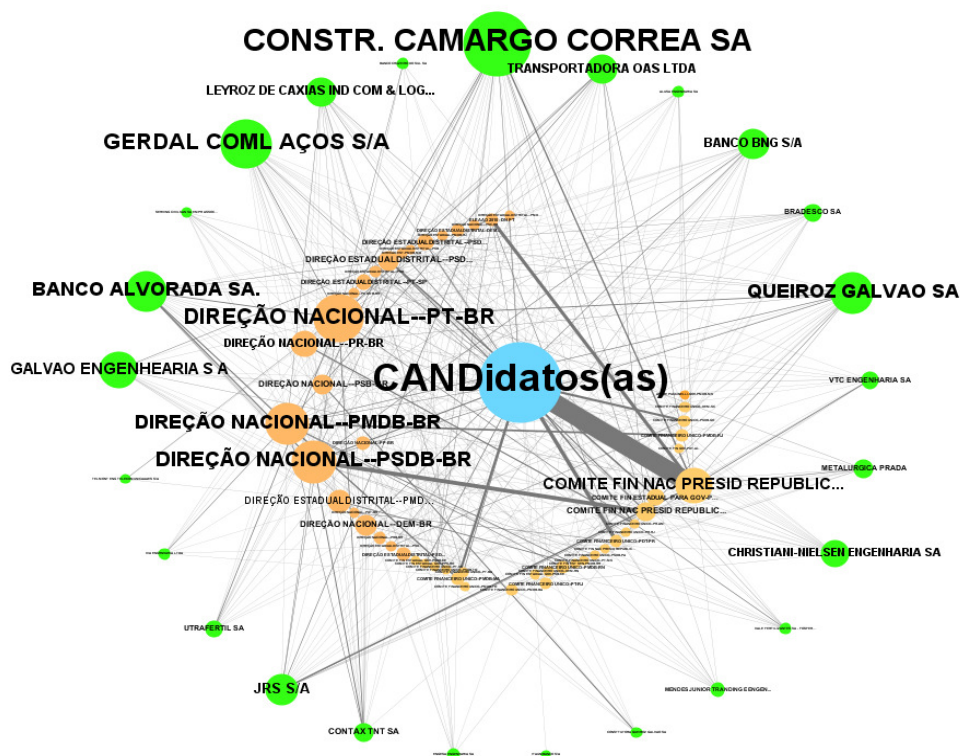


Figura 2 – Grafo da rede de financiamento das eleições de 2010 no Brasil – doadores centrais. Fonte: Dados do TSE. Elaboração dos autores.

Para melhor explorar o componente gigante realizamos uma redução, mantendo os nós com 10 ou mais conexões. Como resultado, o componente gigante se reduz para 5.353 nós, ou 2,3% do componente gigante original. A importância deste corte topológico reside no fato de

⁵ Para otimizar a visualização o grafo está reduzido em grau de saída 20 e em peso R\$ 9.999.999,00.

que identificamos uma elite na rede de financiamento eleitoral, posto que reduzir implica marginalizar quem é periférico na rede, colocando em evidência quem é central.

A hipótese de o componente gigante reduzido configurar uma elite do poder é confirmada pela presença de 1.404 eleitos (entre 4.255 candidatos) no componente reduzido em grau 10. Desse modo, a aplicação de um filtro que elimina praticamente 98% dos nós, preserva mais de 90% dos candidatos eleitos presentes no componente gigante.

Também foram bastante preservados os agentes partidários. Após a aplicação da redução permanecem 256, ou 64,5% dos 395 que havia no componente gigante original. E quais foram os atores eliminados? As pessoas físicas, principalmente. No componente reduzido de grau 10 restaram apenas 20 delas, ou 0,005% das 193 mil que constituem o componente gigante original. Ou seja, aqueles atores que representavam a quase totalidade da rede, praticamente desaparecem.

Pessoas jurídicas também sofreram redução importante, restando 552 no componente gigante reduzido, ou seja, 2,5% das 21.771 presentes no componente gigante. Considerando os perfis das PJs que se mantiveram e das que foram eliminadas pela redução, detectamos que aquelas em geral são grandes corporações com atuação nacional e mesmo internacional, enquanto as últimas são empresas de menor porte de atuação regional.

Conquanto evitemos explorar os atributos dos agentes que compõem a rede, alguns dados são ilustrativos para capturar o perfil da elite do poder revelada em nossa análise relacional. O componente gigante reduzido registra grande prevalência de candidatos com ensino superior completo ou incompleto, numa razão próxima de 16. O percentual de candidatos com tal nível de escolaridade atinge, 78,6%, em contraste com os 5,0% dos candidatos com até o ensino fundamental completo dentro deste sub-grupo do componente gigante. A escolaridade está claramente relacionada à conectividade dos candidatos, com uma presença consideravelmente maior de candidatos menos escolarizados nos componentes isolados e vice-versa.

Se a maciça presença de eleitos no componente analisado já configura por si só uma elite do poder, quando se considera o gênero isso fica ainda mais expressivo. As eleitas aqui somam 5,2% de todas as mulheres que se candidataram, enquanto entre os homens este percentual se eleva a 9,1%, quase o dobro. Em outros termos, uma em cada 20 mulheres permanece na elite do poder da rede de financiamento político, enquanto um em cada 10 homens ocupa a mesma posição. Tais proporções ganham contornos dramáticos quando consideramos que há apenas uma mulher para cada cinco homens quando é dada a partida do jogo eleitoral.

Em uma última etapa dos trabalhos, identificamos aqueles financiadores que “investem” seus recursos em mais de uma Unidade da Federação, assim como aqueles que o

compartilham, entre si, percentuais próximos a 20% do volume de recursos, enquanto os candidatos a presidente alcançam apenas 3%. Todavia, tanto em número de doações, 46,4%, quanto em volume de recursos, 36,5%, os candidatos a deputados federais são os principais destinos dos interesses desses financiadores interUFs.

Quadro diverso é encontrado quando investigamos o cargo pretendido pelos receptores das doações interUFs repassadas pelos comitês financeiros e diretórios partidários. Candidatos a deputados estaduais, senadores e governadores não ultrapassam 8% do volume de recursos, cada uma das categorias, enquanto que deputados federais alcançam quase 18%. Embora somem menos de 10% do número de doações, os candidatos a presidente recebem quase 60% do total dessas doações.

Quando investem diretamente em candidatos em mais de uma Unidade da Federação, ou na eleição para Presidente, os doadores privados o fazem prioritariamente nos naqueles candidatos à Câmara Federal. Quando esses doadores destinam recursos para os agentes partidários, tais recursos são repassados prioritariamente para os candidatos a Presidente. Os valores transacionados entre esses atores são bastante reveladores de estratégias utilizadas no certame eleitoral. Para efeitos de visualização, agregamos, além dos candidatos

por UFs, também os doadores e o grafo resultante pode ser observado a seguir:

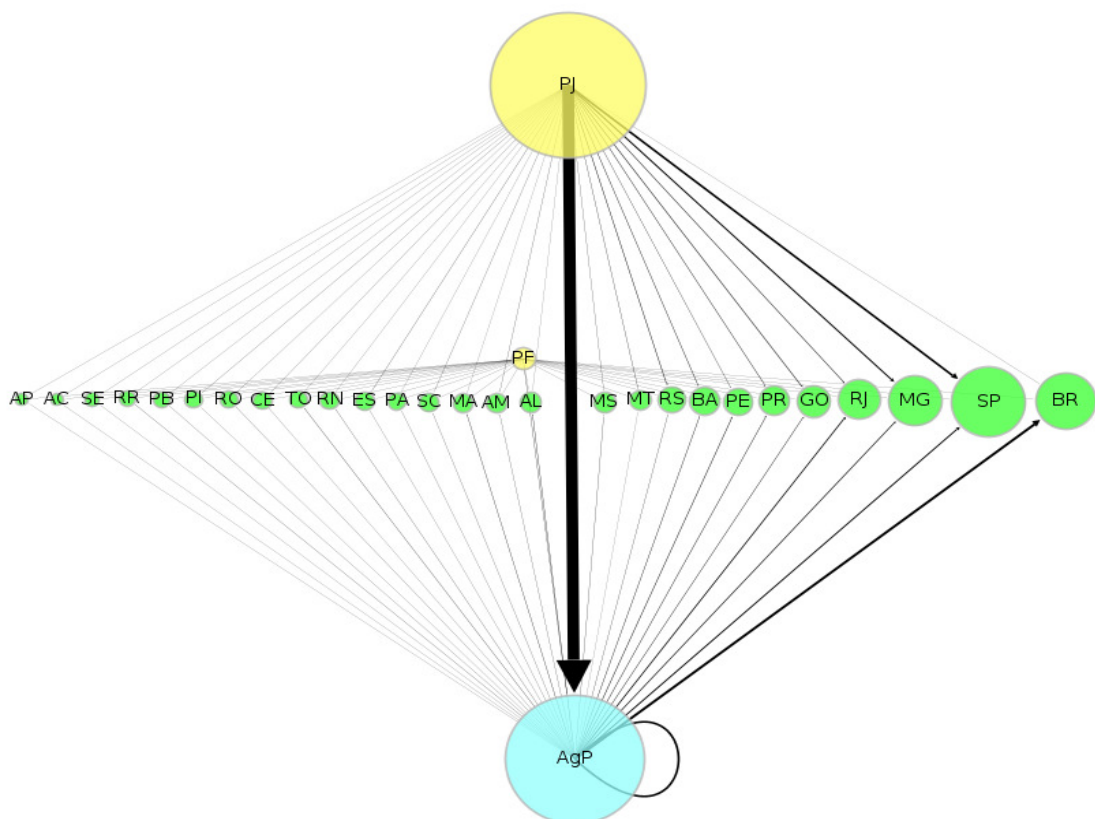


Figura 5 – Grafo da rede de financiamento das eleições de 2010 – doadores agrupados e candidatos receptores agregados por Unidade da Federação. Fonte: Dados do TSE. Elaboração dos autores.

As 909 pessoas físicas (PFs) investiram R\$ 57.780.924,00 em 1.926 doações e as pessoas jurídicas (PJs) destinaram R\$ 1.757.548.535,00 em 3.837 doações. Deste total de R\$ 1.815.329.459,00, doados por PFs e PJs, R\$ 410.768.397,00, ou 22,6%, foram recebidos diretamente pelos candidatos que receberam de mais de um desses doadores. O “restante” R\$ 1.404.561.062,00, ou 77,4%, é o valor doado para agentes partidários (comitês financeiros e diretórios partidários), os quais repassam para aqueles candidatos a menor parte de R\$ 423.361.176,00.

Desta forma, dos mais de 1,8 bilhão de reais de doações interUFs, realizadas por PJs e Pfs, os candidatos recebem “apenas” R\$ 834.129.573,00, ou 45,9%. E o que ocorreu com os demais R\$ 981.199.886,00 doados para os agentes partidários e não repassados a esse conjunto de candidatos que recebem recursos de doadores inter-UFs? Pequena parte de tais recursos são transacionados entre os próprios agentes partidários e maior parte desses recursos é destinada a outros candidatos que não recebem doações inter-UFs. Ou seja, os agentes partidários pulverizam a possível influência dos doadores inter-UFs entre outros muitos candidatos no interior de cada UF. Assim, além da influência pela doação direta, pode-se identificar uma estratégia de dissimulação de tais relacionamentos através dos agentes partidários, que ao final, tornam-se agentes importantíssimos na dinâmica eleitoral, especialmente incidentes sobre aqueles candidatos que apresentam baixa conexão, por oposição política interna por exemplo.

4. Considerações finais

A análise da relação entre o desempenho eleitoral e a posicionalidade dos candidatos, financiadores e agentes partidários na rede de financiamento eleitoral de 2010 demonstrou a topologia estrutural do processo de financiamento eleitoral brasileiro, além de permitir a identificação do lócus dos diferentes agentes na sua rede de financiamento e o exame de algumas de suas estratégias na disputa política.

Com a metodologia da análise de redes sociais (ARS), especialmente os cálculos baseados nas três medidas básicas de centralidade (grau, proximidade e intermediação), foi possível investigar os relacionamentos entre os diversos agentes do jogo político-eleitoral em uma perspectiva complementar aos estudos baseados no tratamento estatístico dos atributos dos

financiadores, candidatos e grupos partidários. Merece destaque, nesse sentido, o mapeamento das relações entre doadores, agentes partidários e candidatos. A atuação dos comitês financeiros e diretórios, recebendo recursos dos financiadores privados e repassando-os aos candidatos que melhor se adequam às estratégias definidas pelas elites partidárias tem sido uma estratégia bastante discutida, mas pouco demonstrada. Pelo formato diferenciado de exploração e análise dos dados de prestação de contas das campanhas, o presente trabalho permitiu a superação parcial dessa limitação imposta pela figura da “doação oculta” ou “ocultada”.

Outro resultado da pesquisa é a identificação dos papéis desempenhados pelos atores em função de suas posições relativas na estrutura de poder estabelecida na rede de financiamento eleitoral. Os mais periféricos e desconectados – sejam eles financiadores, agentes partidários ou candidatos – participam do jogo com chances de vitória próximas de zero, ao menos no que concerne ao desempenho eleitoral de agremiações e candidaturas. Os agentes mais centrais, por seu turno, conformando a elite política da rede examinada, entram para ganhar e o fazem de maneira eficiente e eficaz, do que se pode inferir um conjunto de estratégias postas em ação por esses atores.

Nesse quadro, merece destaque a atuação dos comitês e diretórios. Mais do que eclipsar os vínculos entre financiadores e candidatos, os agentes partidários colocam-se como operadores centrais na intermediação dos recursos transacionados, jogando papel de *broker*, permitindo ou bloqueando fluxos entre os doadores iniciais, especialmente as pessoas jurídicas, e os destinatários finais dos recursos financeiros envolvidos. Os agentes partidários apresentam-se também como integradores dos diversos atores que compõem a rede, notadamente candidatos a diferentes cargos localizados em todo o território nacional. Isso sugere a possibilidade de investigar até que ponto os partidos centralizam os processos decisórios e obtêm disciplina dos seus filiados por meio dessas estratégias.

Estratégias integradoras são nítidas também entre os financiadores centrais, ao doarem para partidos e candidatos os mais diversos, localizados nos mais diferentes pontos do espaço territorial brasileiro. Tal atuação ocorre, todavia, com nítida centralidade na topologia da rede e é dirigida àqueles com potencial mais alto de influência e veto sobre políticas públicas mais abrangentes que possam beneficiar os financiadores.

Em face dessas estratégias, cabe aos candidatos, de maneira mais formalizada ou intuitivamente, compreender e jogar o jogo, colocando-se em posição de exercer centralidade e, conseqüentemente, serem bem-sucedidos eleitoralmente na medida em que, como demonstrado, ambos os elementos estão diretamente relacionadas. Todavia, não se trata de algo que se obtém simplesmente pela vontade de um ator singular, haja vista os relacionamentos entre os candidatos e seus financiadores, sejam empresas ou partidos, produzirem e reproduzirem uma dinâmica de centralização, concentrando recursos numa

pequena parcela de candidaturas mais viáveis, com grande presença de políticos experientes, em geral homens.

As inferências acima têm alcance limitado e sugerem a necessidade de investigar outros elementos no desenvolvimento da pesquisa. É necessário aprofundar o papel dos partidos identificando diferenciações entre eles, assim como as muitas diferenças entre as campanhas em diferentes Unidades da Federação. Pode-se, ainda, investir nos fatores e atributos dos agentes relacionados a posições mais vantajosas na topologia das redes de financiamento – um dos terrenos que parecem férteis neste sentido é o estudo das carreiras e ocupações dos agentes *vis-à-vis* suas posições no centro ou na periferia das redes de financiamento. Tal estudo encontra-se em andamento. Salientamos, ainda, a pertinência de explorar os papéis diferenciados exercidos por candidatos a diferentes cargos – é possível, por exemplo, testar a hipótese de candidaturas majoritárias também exerçam as estratégias de eclipsamento, intermediação, integração e centralização dos fluxos decisórios.

Referências

BATAGELJ, Vladimir. Large-scale network analysis. In: SCOTT, J.; CARRINGTON, P. J. (ORGS.). **The SAGE handbook of social network analysis**. London; Thousand Oaks, Calif: SAGE, 2011.

BOURDOUKAN, Adla Y. (2009). **O bolso e a urna**: financiamento político em perspectiva comparada. Tese, Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

CERVI, Emerson U. (2010). “Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 nas capitais de Estado”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, No. 4. [atenção: arrumar no texto: 2010 em vez de 2009]

DEGENNE, Alain; FORSÉ, Michel (2007). **Introducing social networks**. Sage: Londres.

FREEMAN, L. C. (1979). Centrality in social networks: Conceptual clarification. **Social Networks**, 1(3), 215-239.

LEMONS, Leany Barreiro; MARCELINO, Daniel; PEDERIVA, João Henrique (2010). Porque dinheiro importa: a dinâmica de contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. **Opinião pública**, Campinas, vol. 16, nº 2, Novembro, 2010, p.366-393.

MANCUSO, Wagner Pralon. **Investimento eleitoral no Brasil**: balanço da literatura e agenda de pesquisa. Trabalho apresentado no 8º. Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, realizado em Gramado/RS entre os dias 01 e 04 de agosto de 2012.

NEWMAN, M. E. J. **Networks: an introduction**. Oxford□; New York: Oxford University Press, 2010.

ZOVATTO, Daniel (2005). Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. XI, no 2, Outubro, 2005, p. 287-336.